



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



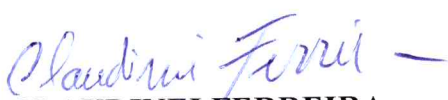
São José das Palmeiras, 13 de setembro de 2023.

Ao
Sr. Herbert Correia Barros
Advogado do Município

Ref. Pregão Eletrônico nº 033/2023

Encaminha-se a Procuradoria Jurídica do Município de São José das Palmeiras, para que se manifeste através de parecer jurídico acerca do Recurso Administrativo interposto pela empresa Araquaplay Indústria e Comércio Ltda e contrarrecurso da empresa SLG Brinquedos Recreativos Eireli

Segue os documentos os documentos acima mencionados


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



PARECER JURÍDICO

Pregão Eletrônico n.º: 033/2023

Objeto: Contratação de empresa (s) especializada (s) para fornecimento e montagem de Playground (Parquinho) e Grama Sintética a serem instalado (s) na Avenida José Bonifácio, sito a Quadra 19 – Lote 09 – Loteamento Alto Alegre – Município de São José das Palmeiras/PR.

Requerente: Pregoeiro e Comissão de Licitação.

Data: 14 de setembro de 2023.

I – Síntese dos Fatos:

Retorna o caderno licitatório para manifestação, especificamente acerca de questionamento realizado em razões de recurso administrativo, no qual a empresa Araquaplay Indústria e Comércio Ltda. afirma que foi indevidamente inabilitada pois “apresentou o documento de Falência e Concordata com data de emissão superior ao que pede o Edital item 13.25”.

Neste sentido, a empresa recorrente afirma que o pregoeiro deveria ter realizado diligência para sanar eventual dúvida sobre o documento.

Em contrarrazões, a empresa Slg Brinquedos Recreativos – Eireli afirmou que “a certidão apresentada pela empresa recorrente foi emitida a praticamente 02 (dois) meses, antes da abertura da sessão, contrariando, portanto, a regra do edital.

Em suma, a controvérsia reside sobre a aceitação de documento vencido, bem como a necessidade do pregoeiro realizar diligência para verificar a informação contida no documento.

Neste sentido, passarei a fundamentar meu parecer.

II – Dos Fundamentos:

Preliminarmente, desejo destacar a importância de referido documento.

A Lei n.º 8666/93, denominada popularmente de Lei de Licitações, a qual regulamenta o presente certame, indica a necessidade de comprovação probatória da qualificação econômica-financeira das empresas participantes em seu art. 31, II, vejamos seu conteúdo:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Portanto, não se trata de mero capricho da licitação, tal documento tem por finalidade teleológica constatar a existência da decretação de falência ou a insolvência civil da empresa fornecedora, o que inevitavelmente comprometerá a efetividade do objeto licitatório.

Posto isso, passo discorrer acerca da preocupação teleológica do edital em se atribuir prazo de validade para os documentos.



Conforme indicado no item 13.25, o edital indica o prazo de validade de 30 (trinta) dias do referido documento, vejamos:

13.25 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 30 (trinta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento;

Ora, trata-se de exigência editalícia que visa assegurar o interesse público e o cumprimento contratual das empresa fornecedoras, pois indica que a empresa não encontra-se em estado de falência e insolvência em seu domicílio.

Portanto, a validade do documento visa assegurar que a administração pública não seja surpreendida com a interrupção dos serviços, com o inadimplemento, e especialmente, com a suspensão de serviços públicos, em razão de empresa que travestiu sua condição econômica financeira para enriquecer ilicitamente.

Não me parece a situação vivenciada no presente caso.

Percebe-se que há um erro grosseiro de interpretação da empresa Araquaplay Indústria e Comércio Ltda., a qual, aparentemente, não compreendeu o propósito do mecanismo eletrônico de confirmação de autenticidade, que encontra-se disposto em sua certidão vencida.

Ainda, percebe-se que a empresa Araquaplay Indústria e Comércio Ltda. da interpretação desarrazoada ao papel do pregoeiro nas licitações, especialmente no que toca a realização de eventuais diligências.

Pois bem.

Quanto a certidão de recuperação judicial, extrajudicial e falência, a qual fora apresentada pela empresa Araquaplay Indústria e Comércio Ltda., parece não haver dúvidas acerca do seu vencimento, para além do prazo fixado no item 13.25 do edital, condição que mostra-se incontroversa.

Ainda, seu inconformismo reside na postura do pregoeiro, o qual, segunda ela, deveria ter realizado “diligência e conferência de autenticidade do documento”.

Tentarei ser didático com a empresa Araquaplay Indústria e Comércio Ltda.

A confirmação de autenticidade de certidão, a qual consta na parte derradeira da certidão, tem o objetivo de proporcionar a parte interessada, o ato de conferir, com perdão da redundância, a confirmação eletrônica de autenticidade do documento, já que não possui uma assinatura física.

Vivemos novos tempos senhores, não há mais a assinatura de um servidor público, e um carimbo no papel, a confirmação de autenticidade é eletrônica!

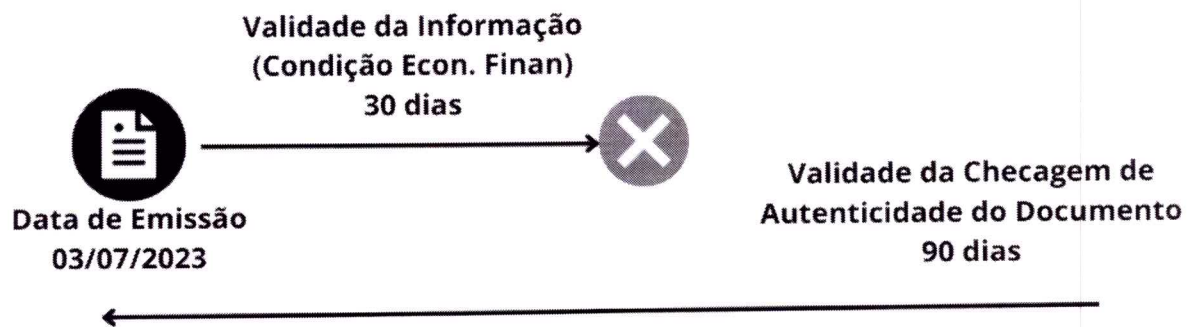
Tal mecanismo foi criado para proporcionar segurança jurídica às partes envolvidas, já que existe facilidade na confecção fraudulenta de documentos, por conta da propagação de computadores e da informática.



Dito isso, esclareço a empresa Araquaplay Indústria e Comércio Ltda., que esta confunde o prazo de validade do documento, com o prazo de verificação de autenticidade, pois são questões completamente distintas.

A certidão de falência juntada foi emitida no dia 03/07/2023, portanto, se consultarmos sua autenticidade daqui 90 (noventa) dias, a informação/confirmação que teremos é que no dia 03/07/2023 a empresa possuía certidão negativa.

Portanto, o prazo de 90 (noventa) dias não irá atestar condição futura, pelo contrário, irá atestar pretérita do mês 07/2023.



Assim, o pregoeiro não consegue verificar a condição de validade da informação (cond. Econ. Financ.) pois o prazo esta vencido, mas se o mesmo tivesse dúvida sobre a autenticidade do documento, ou seja, se houvesse suspeita de falsificação do mesmo, o mesmo conseguiria checar sua autenticidade.

Pois bem.

Por outro lado, é inaceitável esperar que o pregoeiro produza documentos para favorecer qualquer das empresas participantes da licitação.

Checar a autenticidade de documentos, a sua validade e sua condição, é algo completamente distinto de diligenciar para corrigir a desídia e a omissão das empresas participantes.

III – Conclusão:

Neste sentido, observa-se que a conduta do pregoeiro mostrou-se acertada, diligente e em completa congruência com a lei de licitações, o edital, e os princípios aplicáveis a administração pública, razão pela qual compreendo pela improcedência do recurso administrativo interposto pela empresa ARAQUAPLAY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

É o parecer.

São José das Palmeiras, 14 de setembro de 2023.

gov.br

Documento assinado digitalmente
HERBERT CORREA BARROS
Data: 14/09/2023 10:50:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR n.º 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 059/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 033/2023

OBJETO: Contratação de empresa (s) especializada (s) para fornecimento e montagem de Playground (Parquinho) e Grama Sintética a serem instalado (s) na Avenida José Bonifácio, sito a Quadra 19 – Lote 09 – Loteamento Alto Alegre – Município de São José das Palmeiras/PR

Diante do exposto no Processo Licitatório 059/2023, informo que acato o Parecer Jurídico, quanto ao recurso interposto pela empresa Araquaplay Industria e Comércio Ltda, no Pregão Eletrônico 033/2023.

Encaminho ao Prefeito Municipal para a decisão final.

São José das Palmeiras, 14 de setembro de 2023.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 059/2023

PREGÃO ELETRÔNICO: 033/2023

OBJETO: Contratação de empresa (s) especializada (s) para fornecimento e montagem de Playground (Parquinho) e Grama Sintética a serem instalado (s) na Avenida José Bonifácio, sito a Quadra 19 – Lote 09 – Loteamento Alto Alegre – Município de São José das Palmeiras/PR

O recurso administrativo interposto pela empresa Araquaplay Industria e Comércio Ltda, que visa a reforma da decisão do senhor Pregoeiro que inabilitou a empresa citada.

Consta Recurso administrativo e suas razões da empresa Araquaplay Industria e Comércio Ltda, Contrarrazões e suas razões da empresa SLG Brinquedos Recreativos – Eireli, Parecer Jurídico do senhor Procurador do Município e despacho do senhor Pregoeiro.

Assim, devidamente analisados os documentos que embasam o recurso e contrarrecurso e o teor, considerando as disposições legais estabelecidas pela norma de regência, Lei 8.666/93, NÃO RECONHEÇO recurso administrativo interposto pela empresa Araquaplay Industria e Comércio Ltda e no mérito decido pelo seu IMPROVIMENTO, mantendo a decisão do Senhor Pregoeiro.

Comunica-se a parte interessada.

São José das Palmeiras, 14 de setembro de 2023.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal.